



**ACÓRDÃO Nº1889/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11886/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM.
- 4- **Exercício:** 2012.
- 5- **Responsável:** Marcelo Gomes de Oliveira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975 e Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3243/2023-DIMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM. Exercício de 2012.

*Determinação. Irregularidade. Alcance por Responsabilidade Solidária. Multa. Recomendação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Determinar, preliminarmente**, com base na Lei Complementar Estadual nº 61/2008, na Lei Estadual nº 3.233/2008 e no Acórdão nº 988/2017-TCE-TRIBUNAL PLENO, as quais não atribuem quaisquer competências relacionadas à ordenação de despesas ao **Sr. René Levy Aguiar**, o afastamento da sua responsabilidade nos presentes autos.
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus, referente ao exercício de 2012, de responsabilidade do **Sr. Marcelo Gomes de Oliveira**, Secretário executivo e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 1.º, II, “a”, do art. 22, III, “b” e “c”, e do art. 58, “a”, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 11, III, “a”, item 3, da Resolução nº 04/02-



**ACÓRDÃO Nº1889/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

TCE/AM.

- 10.3. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária o Sr. Marcelo Gomes de Oliveira**, Secretário Executivo da SRMM e Ordenador de Despesas, tendo por responsáveis solidários o **Sr. Sandro Kléber Seixas Falcão**, responsável pela fiscalização, o **Sr. Stradivarius Pereira de Oliveira**, responsável pela fiscalização, e o **Sr. Raimundo Anjos Ladeira**, responsável pela fiscalização, no valor de **R\$ 2.988.319,00** (dois milhões, novecentos e oitenta e oito mil, trezentos e dezenove reais), nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo em vista que os serviços realizados não puderam ser identificados durante a inspeção *in loco*, por ausência total do projeto básico e processos administrativos com os detalhamentos exigidos, constante do **item 30**, da fundamentação do Voto, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária o Sr. Marcelo Gomes de Oliveira**, Secretário Executivo da SRMM e



**ACÓRDÃO Nº1889/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Ordenador de Despesas, tendo por responsáveis solidários o **Sr. Sandro Kléber Seixas Falcão**, responsável pela fiscalização, o **Sr. Stradivarius Pereira de Oliveira**, responsável pela fiscalização, o **Sr. Raimundo Anjos Ladeira**, responsável pela fiscalização, e a empresa **WP Construções, Comércio e Terraplanagem Ltda.**, no valor de **R\$ 6.473.424,41** (seis milhões, quatrocentos e setenta e três mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quarenta e um centavos), nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo em vista que os serviços realizados não puderam ser identificados durante a inspeção *in loco*, por ausência total do projeto básico e processos administrativos com os detalhamentos exigidos, pela não apresentação de documentos comprobatórios que justificassem a utilização da patrulha mecânica, constante do **item 31**, da fundamentação do Voto, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.5. **Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária o Sr. Marcelo Gomes de Oliveira**, Secretário Executivo da SRMM e Ordenador de Despesas, tendo por responsáveis solidários o **Sr.**



**ACÓRDÃO Nº1889/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**Sandro Kléber Seixas Falcão**, responsável pela fiscalização, o **Sr. Stradivarius Pereira de Oliveira**, responsável pela fiscalização, o **Sr. Raimundo Anjos Ladeira**, responsável pela fiscalização, e a empresa **MCW Construções, Comércio e Terraplanagem Ltda.**, no valor de **R\$ 2.979.055,21** (dois milhões, novecentos e setenta e nove mil, cinquenta e cinco reais e vinte e um centavos), nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo em vista que os serviços realizados não puderam ser identificados durante a inspeção *in loco*, por ausência total do projeto básico e processos administrativos com os detalhamentos exigidos, pela não apresentação de documentos comprobatórios que justificassem a utilização da patrulha mecânica, constante do **item 32**, da fundamentação do Voto, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcançe/Glosa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.6. **Considerar em Alcançe por Responsabilidade Solidária** o **Sr. Marcelo Gomes de Oliveira**, Secretário Executivo da SRMM e Ordenador de Despesas, tendo por responsáveis solidários o **Sr. Sandro Kléber Seixas Falcão**, responsável pela fiscalização, o **Sr.**



**ACÓRDÃO Nº1889/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**Stradivarius Pereira de Oliveira**, responsável pela fiscalização, e a empresa **Emulsões e Transportes Ltda.**, no valor de **R\$ 123.028,62** (cento e vinte e três mil, vinte e oito reais e sessenta e dois centavos), nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo em vista que os serviços realizados não puderam ser identificados durante a inspeção *in loco*, por ausência total do projeto básico e processos administrativos com os detalhamentos exigidos, pela não apresentação de documentos comprobatórios que justificassem a utilização de emulsão asfáltica, conforme **item 33** da fundamentação deste Voto, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcançe/Glosa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.7. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária o Sr. Marcelo Gomes de Oliveira**, Secretário Executivo da SRMM e Ordenador de Despesas, tendo por responsáveis solidários o **Sr. Sandro Kléber Seixas Falcão**, responsável pela fiscalização, e o **Sr. Stradivarius Pereira de Oliveira**, responsável pela fiscalização, no valor de **R\$ 8.430.056,76** (oito milhões, trezentos e setenta e quatro mil, quinhentos e setenta e cinco reais e vinte centavos), nos termos do art.





**ACÓRDÃO Nº1889/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo em vista que os serviços realizados não puderam ser identificados durante a inspeção *in loco*, por ausência total do projeto básico e processos administrativos com os detalhamentos exigidos, pela não apresentação de documentos comprobatórios que justificassem a utilização da patrulha mecânica, conforme **item 35**, da fundamentação deste Voto e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcançe/Glosa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.8. Considerar em Alcançe por Responsabilidade Solidária o Sr. Marcelo Gomes de Oliveira**, Secretário Executivo da SRMM e Ordenador de Despesas, tendo por responsáveis solidários o **Sr. Sandro Kléber Seixas Falcão**, responsável pela fiscalização, o **Sr. Stradivarius Pereira de Oliveira**, responsável pela fiscalização, e a empresa **MCW Construções e Comércio e Terraplanagem Ltda.**, no valor de **R\$ 8.374.575,20** (oito milhões, trezentos e setenta e quatro mil, quinhentos e setenta e cinco reais e vinte centavos), nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo em vista que os serviços realizados não puderam ser identificados durante a inspeção *in*



**ACÓRDÃO Nº1889/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

*loco*, por ausência total do projeto básico e processos administrativos com os detalhamentos exigidos, pela não apresentação de documentos comprobatórios que justificassem a utilização da patrulha mecânica, conforme **item 35**, da fundamentação do Voto, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcançe/Glosa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.9. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária o Sr. Marcelo Gomes de Oliveira**, Secretário Executivo da SRMM e Ordenador de Despesas, tendo por responsáveis solidários o **Sr. Sandro Kléber Seixas Falcão**, responsável pela fiscalização, o **Sr. Stradivarius Pereira de Oliveira**, responsável pela fiscalização, o **Sr. Raimundo Sandoval Amazonas**, responsável pela fiscalização, e a **Empresa Conserge Construções e Serviços Gerais Ltda.**, no valor de **R\$ 2.984.685,27** (dois milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e vinte e sete centavos), pelos pagamentos indevidos decorrentes dos impostos IRPJ e CSLL e das NF n.º 37 e n.º 63, nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM , conforme **item 36**, da fundamentação do Voto, e



**ACÓRDÃO Nº1889/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.10 Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária o Sr. Marcelo Gomes de Oliveira**, Secretário Executivo da SRMM e Ordenador de Despesas, tendo por responsáveis solidários o **Sr. Sandro Kléber Seixas Falcão**, responsável pela fiscalização, o **Sr. Stradivarius Pereira de Oliveira**, responsável pela fiscalização, o **Sr. Raimundo Anjos Ladeira**, responsável pela fiscalização, **e a empresa MCW Engenharia Ltda.**, no valor de **R\$ 3.695.909,43** (três milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, novecentos e nove reais e quarenta e três centavos), referentes aos pagamentos irregulares decorrentes das notas fiscais n.º 03 e n.º 11, nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelas irregularidades expostas nos **itens 37.15 e 37.16**, da fundamentação do Voto, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o





**ACÓRDÃO Nº1889/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, §3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.11 Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária o Sr. Marcelo Gomes de Oliveira**, Secretário Executivo da SRMM e Ordenador de Despesas, tendo por responsáveis solidários o **Sr. Sandro Kléber Seixas Falcão**, responsável pela fiscalização, o **Sr. Stradivarius Pereira de Oliveira**, responsável pela fiscalização, o **Sr. Raimundo Anjos Ladeira**, responsável pela fiscalização, **e a empresa Tarumã Construções e Terraplanagem Ltda.**, no valor de **R\$ 1.179.054,99** (um milhão, cento e setenta e nove mil, cinquenta e quatro reais e noventa e nove centavos), referente à Ata nº 018/2012 – SRMM, cujas medições dos serviços realizados pela referida empresa foram pagas com valores unitários da Tonelada de AAUQ acima da Base da SEINFRA, nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pela irregularidade constante do **item 37.17**, da fundamentação do Voto, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região



**ACÓRDÃO Nº1889/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Metropolitana de Manaus – SRMM com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.12 Aplicar Multa ao Sr. Marcelo Gomes de Oliveira**, Secretário Executivo e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), pelos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nos termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, pelas impropriedades constantes nos **itens 27, 28, 29, 30.1 a 30.9, 30.12, 30.13, 31.1 a 31.12, 32.1 a 32.11, 33.1 a 33.8, 34.1 a 34.8, 34.10, 34.11, 35.1 a 35.11, 36.1 a 36.7, 37.1 a 37.8, 37.10, 37.12 e 37.14**, da fundamentação do Voto, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo



**ACÓRDÃO Nº1889/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

(art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.13 Aplicar Multa** ao **Sr. Marcelo Gomes de Oliveira**, Secretário Executivo e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 34.135,98** (trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), conforme os termos do art. 54, V, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso V, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, por atos de gestão ilegítimo e antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, **itens 36.8 a 36.10, 37.15, 37.16 e 37.17**, da fundamentação do Voto, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.14 Recomendar** à Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Met. de Manaus que observe com rigor a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), sobretudo no que diz respeito ao comprovante de



**ACÓRDÃO Nº1889/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

acompanhamento e fiscalização da execução contratual por parte do representante da administração especialmente designado; nas obras e serviços de engenharia, sobretudo no que diz respeito ao detalhamento do B.D.I e Encargos Sociais/Financeiros (Súmula nº 258 – TCU) anexo nos editais de Licitação e nas propostas das licitantes; ao limite dos itens que compõem o B.D.I; à elaboração de Projeto Básico completo prévio à licitação, contendo todos os projetos de Engenharia.

- 11- **Ata:** 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 11 de setembro de 2023.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros:Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Alípio Reis Firmo Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).
- 14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral